

## Retrato quase sem retoques dos egressos dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998-2007

A frame nearly without retouch of the Public Health post-graduation alumni, 1998-2007

Mara Helena de Andréa Gomes<sup>1</sup>  
Paulete Goldenberg<sup>1</sup>

**Abstract** *We present the results of a data collection that allowed to identify where are and what the alumni of the Public Health post-graduation programs think about some attributes of their post-graduation, from 1998 to 2007. By means of two distinctive and concomitant phases, this subproject was initiated with information request along with the programs. The answers allowed the construction of a student census that defended thesis or equivalent, in three modalities: doctorate, academic and professional master. Besides the data provision that allowed us to construct and describe an academic-professional profile of the Public Health area alumni, the information allowed electronic contact with most of the alumni located. In the second phase, we sent the alumni a form to be answered online, with appreciative questions regarding the role of the post graduation on their intellectual and professional path, aiming to characterize their post-graduation degree. We forwarded some suggestions to future researches, as for example the creation of a standardized and digitalized enrollment form open to consultation.*

**Key words** *Post-graduation evaluation, Alumni, Public health, Electronic form, Census*

**Resumo** *Apresentamos resultados do levantamento de informações que permitiram identificar onde estão e o que pensam sobre alguns atributos de sua formação pós-graduada, os egressos dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva, no período de 1998 a 2007. Realizado por meio de duas formas de coleta em fases distintas e concomitantes, este subprojeto foi desencadeado a partir da solicitação de informações junto aos programas, cujas respostas permitiram a construção de um censo dos alunos que defenderam tese ou trabalho equivalente, nas três modalidades consideradas: doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional. Além do fornecimento de dados que nos permitiram construir e descrever um perfil acadêmico-profissional de egressos dos programas existentes na área de Saúde Coletiva, as informações provenientes dos programas possibilitaram contatos eletrônicos com a quase a totalidade dos ex-alunos localizados. Nesta segunda fase, enviamos-lhes um formulário para preenchimento online, contendo perguntas valorativas sobre o papel da pós-graduação no seu trajeto intelectual e profissional, com o objetivo de caracterizar sua formação pós-graduada. Encaminhamos algumas sugestões para levantamentos futuros, como a criação de ficha de inscrição padronizada, digitalizada e aberta à consulta.*

**Palavras-chave** *Avaliação da pós-graduação, Egressos, Saúde coletiva, Formulário eletrônico, Censo*

<sup>1</sup> Departamento de Medicina Preventiva, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo. Rua Borges Lagoa 1.341, Vila Clementino. 04038-034 São Paulo SP. maraandrea@unifesp.br

## Introdução

Comparada à avaliação da década anterior<sup>1</sup>, esta pesquisa aprofunda nossas expectativas e preocupações em torno das variadas transformações do sistema de avaliação de pós-graduação, às vezes apenas roçando, em outras vezes atravessando os programas, sem o necessário tempo de maturação para incorporá-las.

Esse processo vem acirrando diferenças entre as áreas de conhecimento e vem sendo problematizado, particularmente pelas áreas de ciências sociais e humanas<sup>2</sup>. Aparentemente uma preocupação exclusiva destas áreas, as mudanças vêm promovendo um certo mal-estar na universidade, traduzido por Olgária Matos em recente artigo como o “esquecimento da política, substituída pela ideologia da competência, entendida segundo o modelo da gestão empresarial, com seu culto da eficiência e otimização de resultados”<sup>3</sup>. Em geral, o resultado desta substituição é avaliado como “impacto” - termo já consagrado não só pelos meios de comunicação, como incorporado por praticamente todas as áreas de conhecimento, o que não deixa de indicar a eficácia desta ideologia. Em geral, também, “impacto” nos conduz a pensar em tecnologias diversas, promovidas sobretudo pela expansão alcançada pelas formas de comunicação, das quais ninguém parece escapar mas sobre as quais temos tão pouca reflexão. Impacto tecnológico é o termo, e seu marco acompanha o período de institucionalização da pós-graduação no país. É verdade que suscitou críticas<sup>4</sup>, mas não deixa de nos subjugar a ponto de o aceitarmos com certa naturalidade e por vezes até com alguma resignação, como atesta um matiz determinista que perpassa muitos comentários e artigos sobre o impacto social de novas tecnologias.

Numa área fronteira como a Saúde Coletiva, o crescimento alcançado e os problemas ocasionados pelas mudanças de parâmetros tecnológicos interferem, como não poderia deixar de ser, tanto na constituição de programas de pós-graduação como nas exigências para sua consolidação, inclusive na conformação de atributos cada vez mais rígidos para o corpo docente, nem sempre valorizando quem mais trabalha, mas “a quem mais produz as *provas* padronizadas de seu trabalho”<sup>5,6</sup>. Não é que a avaliação não deva ser rigorosa, evidentemente, mas é que nem sempre pode ser acompanhada pela mesma rigidez de exigências para o corpo discente, já que, lembrando mais uma vez Olgária Matos, *a Universidade se adapta às circunstâncias do ensino médio [...]* [e] *fundamental [...]*, e o mestrado pretende con-

*tornar as deficiências da formação [...] que incidem nos anos de graduação, convertida em extensão do segundo grau.* O ritmo mais acelerado do tempo de titulação no mestrado acadêmico pode até nos conduzir a pensar que esta recente atribuição vem sendo transferida para o doutorado.

Como veremos adiante, o corpo discente dos programas da nossa área é atualmente composto por profissionais com formações ainda mais diversificadas (e até inusitadas, por vezes) do que há dez anos, dando indicações espessas do estilhaçamento do conhecimento proporcionado pelo desenvolvimento técnico e tecnológico. Mas é justamente este desenvolvimento que promove a ampliação do número de profissionais e a própria diversificação do mercado de trabalho. Excêntrico processo esse, que cria, diversifica e absorve as denominadas carreiras sem fronteira<sup>7</sup> em multiplicados postos de trabalho, em cujos desdobramentos podemos (com certa benevolência e vontade) recuperar sua dimensão política, desde que os consideremos resultantes da expansão dos direitos de cidadania.

Sequer do ponto de vista das instituições formadoras este aspecto será explorado aqui, a não ser pelas sucessivas inquietações decorrentes do retrato que fizemos, quase sem retoques, dos profissionais que investigamos. Fica a pró-vocação no sentido dicionarizado, como disposição que orienta uma pessoa a agir, uma função ou profissão que poderá ensinar uma outra reflexão<sup>8</sup>. Não podemos ignorar, no entanto, que conformamos o quadro social e político com as agências de fomento que nos orientam e avaliam, elas próprias também impregnadas do feito ideológico indicado acima. Dentre alguns roteiros apontados para a superação de impasses realçados por pesquisadoras e pesquisadores do nosso campo, alguns parecem ser unanimidade e voltaremos a eles à guisa de conclusões.

De qualquer forma, além da necessária relação com os demais subprojetos, avaliar programas de pós-graduação (PG) a partir dos seus egressos significa, portanto e pelo menos, que devemos considerar o processo de instauração de uma cultura de avaliação<sup>9,10</sup>. A avaliação realizada na década anterior dava os primeiros passos na direção que, em 1998, apresentou um momento de inflexão do próprio sistema de avaliação do MEC e da CAPES.

Segundo Cláudia Fonseca, a partir de 1998, os critérios de tempo e experiência consagrada deixaram de ser predominantes para a ascensão dos programas aos conceitos A e B, e foram substituídos por critérios quantitativos. Claro que

trouxe descontentamento generalizado, sobretudo pelo feito pouco afeto à cooperação com que foi implantado e, mesmo que não queiramos discurti-las, essas relações devem ser tomadas como referências quando se sugere mudanças de valores de avaliação.

### **Uma metodologia virtualizada. Os circuitos de coleta de informações em ambientes virtuais**

Originalmente, pretendíamos descrever o conjunto de egressos a partir dos sítios dos programas, conforme constam na aba do **Fórum de Coordenadores** da página eletrônica da Abrasco. Ao verificarmos que tanto esta como as de vários programas estavam desatualizadas, entramos em contato com os atuais coordenadores e secretários e pudemos atualizar algumas informações para iniciar o levantamento por via eletrônica. Enviamos uma planilha para preenchimento em dois formatos (Excel e Word), solicitando informações relativas à natureza da instituição (universidade, instituições de pesquisa, centros universitários, etc.; pública, privada); às áreas abrangidas pelo programa (Saúde Coletiva, Epidemiologia, Planejamento, Nutrição, etc.); às modalidades de titulação oferecidas pelo programa (mestrado e doutorado acadêmicos e/ou mestrado profissionalizante); ao número de teses defendidas em cada modalidade acima referida, por ano considerado; ao número de teses publicadas/tipo de divulgação (livro, capítulo de livro, artigo, resumo, etc.); além de informações sociodemográficas dos alunos, com respectivos anos de ingresso e de formatura, se disponíveis; e, o que nos facilitaria a segunda fase da pesquisa, o nome, naturalidade, endereço e endereço eletrônico dos alunos titulados no período.

O tempo de retorno variou entre um e seis meses após a decisão de enviar uma carta aos coordenadores assinada por Cecília Minayo (entre nós denominada “carta súplica”), acompanhada da planilha para preenchimento e de cópia do projeto de avaliação. Este expediente se mostrou decisivo – dentre os 31 programas existentes com egressos já titulados, conseguimos retorno de 29.

À medida que recebíamos as respostas, verificávamos a grande diversidade de informações constantes nas fichas de inscrição e/ou de matrícula dos programas de PG na nossa área, uma vez que não temos um modelo único de registro. Vários programas não registram informações

sobre a graduação e ocupação exercida por seus pós-graduandos no ato de inscrição, por exemplo. Verificamos também que não são as secretarias dos programas que arquivam fichas de pós-graduandos – as reitorias e as pró-reitorias de pós-graduação arquivam documentos diversificados, conforme o período considerado. Tivemos que rever alguns propósitos iniciais diante destas constatações, dentre eles o levantamento do número de teses defendidas/área de concentração e a ocupação no momento da inscrição.

Programas que não respondiam foram alvo de várias mensagens eletrônicas e contatos telefônicos para reforçar a relevância das informações solicitadas – este também constituiu um difícil percurso até o resultado que obtivemos.

Quando, finalmente, conseguimos sensibilizar os coordenadores/secretários, tivemos acesso aos nomes e e-mails dos egressos e enviamos um formulário calcado em modelo já aplicado pela ENSP<sup>11</sup>, incluindo perguntas do questionário enviado na década anterior.

Nos muitos casos em que não pudemos encontrar uma forma de contato eletrônico, recorreremos aos respectivos CV-Lattes – recurso recorrente, não só como alternativa de atualização de informações enviadas pelos programas, como para garantir o contato e retorno preenchido dos formulários enviados para aqueles cujos currículos constam na plataforma do CNPq. Dado que as últimas versões do CV-Lattes não fornecem o e-mail do pesquisador, fizemos contato telefônico com o local atual de atuação indicado no currículo do egresso.

Assim que localizados, os egressos receberam uma carta explicitando os objetivos deste subprojeto da pesquisa de avaliação, contendo as formas de contato com as coordenadoras (endereço, e-mails e telefones do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp). Este procedimento mostrou-se importante não só como consentimento livre e esclarecido como também para que seus destinatários pudessem certificar a procedência do link indicado na carta (<http://dgi.unifesp.br/~marcello/egrep/index.htm>) e não se tratar de *spam* mal-intencionado.

Assim, os endereços eletrônicos supostamente atualizados seguiam para o banco criado especialmente para o envio e recebimento dos formulários eletrônicos, contendo, ao final, um campo para assinalar se o “entrevistado” deseja receber o relatório final.

Até receber o formato final, estes formulários comportaram algumas versões preliminares

para acertarmos a efetividade do *link* para envio das respostas. Mas nem esses cuidados evitaram reclamações encaminhadas aos nossos e-mails, reclamações persistentes é bom registrar, já que obtínhamos retornos após nossos agradecimentos pela notificação de dificuldades de preenchimento com esclarecimentos sobre os procedimentos de envio. Esta dinâmica constituiu uma forma *sui generis* de controle do campo da pesquisa, além de não desanimar os que se mostraram motivados a responder.

Somente de posse das informações provenientes dos dois bancos de dados referentes às duas modalidades de coleta é que poderemos dar conta da análise propriamente dita, numa perspectiva compreensiva, que permita relacionar o que pensam os egressos sobre sua formação pós-graduada no seu trajeto intelectual e profissional.

Ao final de setembro de 2009, estavam registrados na base de dados (com e-mail conferido, mas sem qualquer garantia de estar ativo) 4.168 egressos, dos 5.194 constantes no censo. Até aquele momento, haviam sido enviados 3.650 e-mails, sendo que 664 retornaram acusando problemas (usuário inexistente ou caixa postal lotada). Recebemos 248 formulários preenchidos no período descrito, compondo uma base de dados inicial de 8,3% do total que, se levarmos em conta a listagem de egressos com e-mails válidos (2.615), alcança uma proporção de preenchimento da ordem de 21%.

É bom registrar que a escolha por essas modalidades de preenchimento previa possibilidades de perdas (principalmente quanto à atualização/alteração dos endereços eletrônicos), mas não de recusas. Vã suposição, até certo ponto nossa inclusive, de que o campo da Saúde Coletiva promovesse um envolvimento a esse ponto. O contato eletrônico com egressos continua em curso, uma vez que não foram esgotados os recursos de operacionalização acordados.

Os dados que apresentamos, portanto, são relativamente provisórios, sobretudo porque se referem, alguns dos dados autopreenchidos, a situações de vida presumivelmente alteráveis.

## Primeira parte - censo dos egressos

### A via de coleta para a construção do censo: os programas

De posse das informações devidamente tabuladas e complementadas com informações obtidas junto aos *curricula* Lattes, o censo dos

egressos dos 29 programas contatados somou, agora, 5.327 egressos no período de 1998 a 2007, constituindo a base para a caracterização do perfil de egressos da área de pós-graduação em Saúde Coletiva. Para dar uma idéia da ampliação, dispersão e complexificação do campo, o universo de titulados no período de 1990 a 1994 totalizava 499 egressos. O levantamento realizado naquela ocasião contatou 257 egressos, representando 51,5% do universo.

No Quadro 1, apresentamos os programas que contemplam a definição de egresso aqui adotada (alunos que defenderam tese no período), dispostos segundo a ordem de recebimento das planilhas. Considerando que em 1990-1994 a pós-graduação em Saúde Coletiva contava com dez programas (assinalados com \*), este quadro - mesmo sem incluir programas existentes mas ainda sem alunos titulados - nos permite perceber o expressivo crescimento do número de instituições que, hoje, somam 31 (sendo que duas não enviaram a planilha).

O Gráfico 1 mostra a distribuição regional dos programas ao longo dos triênios, corroborando o quadro de concentração de instituições já apresentado por Rita Barradas<sup>12</sup> a respeito da regionalização da formação de pesquisadores. Enquanto ano isolado, 2007 condiz com as tendências apontadas e permite observar a diminuição do número de programas de doutorado na Região Sudeste, no segundo triênio. A confirmar esse registro como uma tendência no decorrer do triênio, estes dados podem estar insinuando o recrudescimento dos critérios da CAPES para credenciamento de programas antigos ou credenciamento de novos.

### O censo

Começamos a caracterizar o perfil sociodemográfico pelo notável rejuvenescimento dos egressos na ocasião de inscrição na PG ao longo dos triênios (Tabela 1).

No âmbito acadêmico, conforme esperado, o doutorado (D) concentra elevado número de egressos na faixa de 35 a 49 anos na ocasião da defesa de tese, apresentando inclusive uma diminuição do percentual na faixa de 35 a 40 anos, apesar do aumento relativo na faixa de 50 anos e mais. No mestrado acadêmico (MA), a concentração de idade se dá nas faixas de 30 a 44 anos nos primeiros triênios, sendo que nos anos subsequentes a concentração passa para a faixa de 25 a 34 anos, registrando, inclusive, crescimento sistêmico da faixa de menos de 24 anos de idade

**Quadro 1.** Programas por nível de titulação, segundo instituição e triênios. Egressos da pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998-2007.

| N  | Curso            | 1º triênio |    |   | 2º triênio |    |   | 3º triênio |    |    | 2007 |    |    |
|----|------------------|------------|----|---|------------|----|---|------------|----|----|------|----|----|
|    |                  | MA         | MP | D | MA         | MP | D | MA         | MP | D  | MA   | MP | D  |
| 1  | UNIFESP*         | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 2  | USP – MP*        | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
| 3  | UFRGS            | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
| 4  | UNISINOS         | -          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 5  | UNIFOR           | -          | -  | - | -          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 6  | UNESP – Botucatu | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 7  | UFES             | -          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 8  | UNESA            | -          | -  | - | -          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 9  | FCMSCMSP         | -          | -  | - | -          | -  | - | -          | X  | -  | -    | X  | -  |
| 10 | UEFS             | -          | -  | - | -          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 11 | UFPEL*           | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
| 12 | UNICAMP*         | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
| 13 | CPqAM            | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | X  | X  | X    | X  | X  |
| 14 | USP – FSP*       | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
| 15 | UFPE             | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 16 | USP – FMRP*      | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 17 | ENSP*            | X          | -  | X | X          | X  | X | X          | X  | X  | X    | X  | X  |
| 18 | FIOCRUZ- IFF     | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | X  | X  | X    | -  | X  |
| 19 | UNIFRAN          | -          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 20 | UFSC             | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 21 | UECE             | -          | -  | - | -          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 22 | UPE              | -          | -  | - | -          | -  | - | -          | X  | -  | -    | -  | -  |
| 23 | UEL*             | X          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 24 | UERJ*            | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
| 25 | UFMT             | -          | -  | - | -          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 26 | UNISANTOS        | -          | -  | - | -          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 27 | UFC              | -          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 28 | ULBRA            | -          | -  | - | X          | -  | - | X          | -  | -  | X    | -  | -  |
| 29 | UFBA – ISC*      | X          | -  | X | X          | -  | X | X          | -  | X  | X    | -  | X  |
|    | TOTAL            | 17         | -  | 9 | 20         | 1  | 9 | 28         | 5  | 11 | 27   | 3  | 11 |

\* Correspondem as instituições também avaliadas na pesquisa anterior de 1990-1994<sup>1</sup>.

no período. Porém, é no mestrado profissionalizante (MP) que se apresenta uma maior concentração de egressos nas faixas de mais idade. No conjunto, quase a metade tem idade superior a 45 anos, proporção que aumenta para 56,3% no ano de 2007. Acrescente-se que, considerando a faixa mais ampla de 40 a 50 anos e mais, enquanto cai a proporção de egressos com 40 a 44 anos, aumenta o contingente acima de 50 anos e mais.

Também é notável a predominância de mulheres e o aumento de sua presença ao longo do período nos níveis acadêmicos: no D, esse contingente passou de 70,0% para 76,9%; no MA, de 66,1% para 75,2%. A presença de homens no MP é maior do que nos níveis acadêmicos - observamos inclusive um aumento do segmento masculino de 35,8% para 40,6% no ano de 2007.

A elevada proporção de ausência de resposta para o quesito estado civil (42,9% no D, 48,6 no MA e 3,1% no MP) é um dos aspectos que nos conduz a pensar sobre as disparidades de anotações contempladas nas fichas de inscrições dos alunos, mesmo se considerarmos que, ao longo do período, ocorreu um aumento destes registros deste item (Tabela 2). Embora venha ocorrendo uma elevação do número de solteiros em todos os níveis de titulação, os casados predominam no conjunto, particularmente no MP, com valores superiores a 45% no período.

Quanto às áreas de graduação, a Tabela 3 indica o predomínio de egressos provenientes da área de ciências da saúde (que inclui as medicina, nutrição, odontologia, farmácia, enfermagem, educação física, fisioterapia e terapia ocupacio-

nal), numa proporção sempre acima de 52%, chegando a mais de 61% no terceiro triênio.

Variando entre 14 e 17%, encontramos egressos provenientes da área de ciências humanas (política, filosofia, teologia, sociologia, antropologia, arqueologia, história, geografia, psicologia, educação); seguida em quase 5% ao longo dos triênios, pela área de ciências biológicas (oceanografia, biologia geral, genética, botânica, zoologia, morfologia, fisiologia, bioquímica, parasitologia, farmacologia, imunologia, microbiologia e ecologia); e pelas ciências exatas e da terra (matemática, probabilidade/estatística, ciência da computação, astronomia, física, química e geociências) com proporções que não chegam a 3% no período.

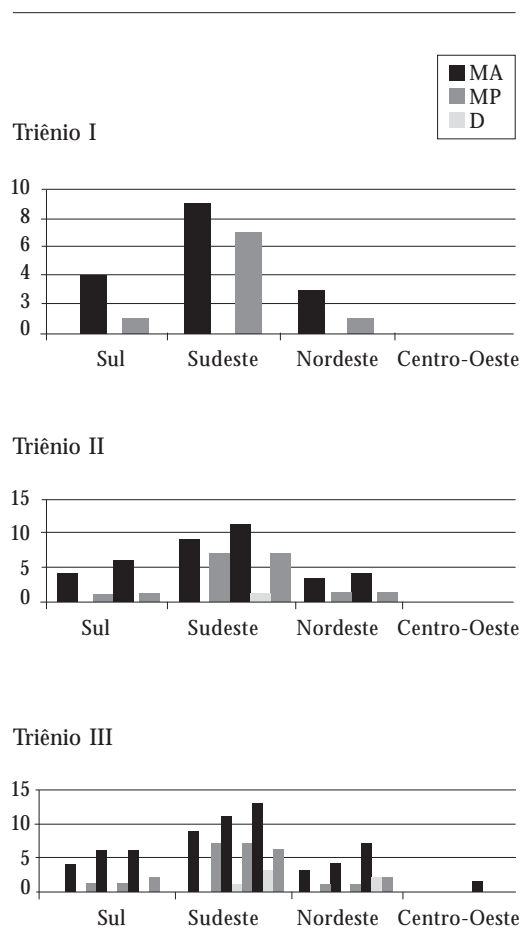
Egressos graduados na área das engenharias (civil, sanitária, de transportes, de minas, de

materiais/metalmúrgica, química, nuclear, mecânica, de produção, naval/oceânica, aeroespacial, elétrica e biomédica) vêm diminuindo de proporção: de 3,52% no primeiro para 2,34% no último triênio; enquanto as ciências sociais aplicadas, embora com proporções menores, apresentaram um tímido aumento (entre 1,45 a 1,98%) de egressos provenientes de seus cursos (comunicação, serviço social, direito, administração, turismo, economia, arquitetura/urbanismo, desenho industrial, demografia, planejamento urbano/regional, ciências da informação, museologia).

Se considerarmos, entretanto, os níveis de titulação, essas observações sinalizam tendências distintas - enquanto no D o número de egressos provenientes da área de ciências da saúde diminuiu e aumentou o da área de ciências humanas, no MA ocorreu o inverso. E não podemos deixar de chamar a atenção para a destacada presença de egressos graduados em ciências sociais aplicadas e ciências humanas no MP, o que pode indicar que esta modalidade constitui mais um escaudouro de exercício profissional multidisciplinar, provavelmente ditado por novas configurações do mercado de trabalho. De qualquer modo, a explicitação destas áreas em seus cursos e divisões de origem configura curioso movimento a ser investigado.

Quanto ao tempo de duração da pós-graduação, é importante noticiar que, no conjunto dos programas, verificamos um aumento do número de teses defendidas num período de dois anos e menos, o que pode ser atribuído ao volume de mestres em relação aos demais níveis.

Se atentarmos para os níveis de titulação (Gráfico 2), observamos que no D aumenta a concentração de duração de quatro anos até a defesa da tese - de 38,5% no primeiro triênio, alcança 77% em 2007. Paralelamente, ocorre uma diminuição progressiva das proporções acima de quatro anos de duração e um aumento de proporções abaixo desta duração: os D com três anos de duração aumentaram de 8,4% para 12,4%. No MA, acontece movimento semelhante: aumenta a proporção dos que realizam a PG em um período de dois anos, passando de 47% no primeiro triênio para 77,8% em 2007. Enquanto se eleva o total dos que realizam a PG em um período inferior a dois anos, diminui, por outro lado, o número de egressos que a fazem em um período maior do que dois anos. A realização da PG em um período de três anos, por exemplo, passa de 26,3% para 4,8% em 2007. É importante destacar a presença, e até certo um aumento



**Gráfico 1.** Distribuição regional dos cursos nos triênios por nível de titulação.

**Tabela 1.** Egressos segundo idade na defesa de tese, por nível de titulação. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998 a 2007.

| Faixa etária (anos)          | 1998 - 2000 |         | 2001 - 2003 |         | 2004 - 2006 |         | 2007 |         |
|------------------------------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|------|---------|
|                              | N           | %       | N           | %       | N           | %       | N    | %       |
| <b>Doutorado</b>             |             |         |             |         |             |         |      |         |
| ≤ 24                         | 0           | 0,00%   | 2           | 0,45%   | 1           | 0,27%   | 0    | 0,00%   |
| 25 - 29                      | 11          | 3,85%   | 16          | 3,59%   | 16          | 4,30%   | 4    | 2,48%   |
| 30 - 34                      | 29          | 10,14%  | 36          | 8,07%   | 47          | 12,63%  | 20   | 12,42%  |
| 35 - 39                      | 83          | 29,02%  | 104         | 23,32%  | 84          | 22,58%  | 40   | 24,84%  |
| 40 - 44                      | 60          | 20,98%  | 119         | 26,68%  | 69          | 18,55%  | 24   | 14,91%  |
| 45 - 49                      | 59          | 20,63%  | 85          | 19,06%  | 78          | 20,97%  | 33   | 20,50%  |
| 50 e mais                    | 30          | 10,49%  | 66          | 14,80%  | 61          | 16,40%  | 38   | 23,60%  |
| SI                           | 14          | 4,90%   | 18          | 4,04%   | 16          | 4,30%   | 2    | 1,24%   |
| Total                        | 286         | 100,00% | 446         | 100,00% | 372         | 100,00% | 161  | 100,00% |
| <b>Mestrado acadêmico</b>    |             |         |             |         |             |         |      |         |
| ≤ 24                         | 2           | 0,29%   | 8           | 0,69%   | 23          | 1,61%   | 15   | 2,56%   |
| 25 - 29                      | 83          | 12,19%  | 188         | 16,15%  | 350         | 24,42%  | 168  | 28,67%  |
| 30 - 34                      | 134         | 19,68%  | 234         | 20,10%  | 319         | 22,26%  | 136  | 23,21%  |
| 35 - 39                      | 168         | 24,67%  | 211         | 18,13%  | 215         | 15,00%  | 95   | 16,21%  |
| 40 - 44                      | 146         | 21,44%  | 238         | 20,45%  | 213         | 14,86%  | 66   | 11,26%  |
| 45 - 49                      | 73          | 10,72%  | 171         | 14,69%  | 156         | 10,89%  | 51   | 8,70%   |
| 50 e mais                    | 44          | 6,46%   | 81          | 6,96%   | 116         | 8,09%   | 54   | 9,22%   |
| SI                           | 31          | 4,55%   | 33          | 2,84%   | 41          | 2,86%   | 1    | 0,17%   |
| Total                        | 681         | 100,00% | 1.164       | 100,00% | 1.433       | 100,00% | 586  | 100,00% |
| <b>Mestrado profissional</b> |             |         |             |         |             |         |      |         |
| ≤ 24                         |             |         |             |         |             |         | 4    | 12,50%  |
| 25 - 29                      |             |         |             | 0,00%   | 5           | 3,03%   | 2    | 6,25%   |
| 30 - 34                      |             |         | 1           | 100,00% | 19          | 11,52%  | 2    | 6,25%   |
| 35 - 39                      |             |         |             | 0,00%   | 21          | 12,73%  | 5    | 15,63%  |
| 40 - 44                      |             |         |             | 0,00%   | 37          | 22,42%  | 9    | 28,13%  |
| 45 - 49                      |             |         |             | 0,00%   | 49          | 29,70%  | 9    | 28,13%  |
| 50 e mais                    |             |         |             | 0,00%   | 33          | 20,00%  | 9    | 28,13%  |
| SI                           |             |         |             | 0,00%   | 1           | 0,61%   | 1    | 3,13%   |
| Total                        |             |         | 1           | 100,00% | 165         | 100,00% | 32   | 100,00% |

gradativo, daqueles que defendem tese em prazo inferior ao período esperado de duração da PG nas modalidades acadêmicas.

Este enxugamento do tempo aplica-se também ao MP, que apresenta aumento significativo de egressos que terminam o mestrado no período de um ano – de 14,6% no terceiro triênio, este valor subiu para 65,7% apenas em 2007. Este dado sinaliza algumas particularidades do processo de consolidação desta modalidade de PG em relação às demais.

As especificidades entre os três níveis de titulação podem ser melhor exploradas com a apresentação dos resultados da segunda etapa da pesquisa, referente aos egressos que foram localizados e que responderam o formulário. De qualquer modo, os percalços deste levantamento

mostram a necessidade de discutir, na Abrasco, a institucionalização da coleta de informações sobre egressos dos programas. Do que foi exposto até aqui, podemos indicar duas sugestões para facilitar levantamentos futuros e manter um fluxo contínuo de informações: criar uma ficha de inscrição padronizada e digitalizada para os programas, às quais os egressos tenham acesso para atualização dos dados.

### **Segunda parte - egressos que responderam o formulário eletrônico: um retrato quase sem retoques**

Para recordar: após a verificação de consistência, nossa base de coleta incluiu 3.902 endereços ele-

**Tabela 2.** Egressos segundo estado civil, por nível de titulação. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998 a 2007.

| Estado civil                 | 1998 - 2000 |         | 2001 - 2003 |         | 2004 - 2006 |         | 2007 |         |
|------------------------------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|------|---------|
|                              | N           | %       | N           | %       | N           | %       | N    | %       |
| <b>Doutorado</b>             |             |         |             |         |             |         |      |         |
| Casado                       | 70          | 24,48%  | 86          | 19,28%  | 110         | 29,57%  | 58   | 36,02%  |
| Solteiro                     | 37          | 12,94%  | 75          | 16,82%  | 109         | 29,30%  | 33   | 20,50%  |
| Separado                     | 12          | 4,20%   | 27          | 6,05%   | 16          | 4,30%   | 1    | 0,62%   |
| SI                           | 167         | 58,39%  | 258         | 57,85%  | 137         | 36,83%  | 69   | 42,86%  |
| Total                        | 286         | 100,00% | 446         | 100,00% | 372         | 100,00% | 161  | 100,00% |
| <b>Mestrado acadêmico</b>    |             |         |             |         |             |         |      |         |
| Casado                       | 155         | 22,76%  | 270         | 23,20%  | 372         | 25,96%  | 122  | 20,82%  |
| Solteiro                     | 132         | 19,38%  | 271         | 23,28%  | 388         | 27,08%  | 161  | 27,47%  |
| Separado                     | 26          | 3,82%   | 41          | 3,52%   | 52          | 3,63%   | 17   | 2,90%   |
| Viúvo                        | 1           | 0,15%   | 2           | 0,17%   | 4           | 0,28%   | 1    | 0,17%   |
| SI                           | 367         | 53,89%  | 580         | 49,83%  | 617         | 43,06%  | 285  | 48,63%  |
| Total                        | 681         | 100,00% | 1164        | 100,00% | 1433        | 100,00% | 586  | 100,00% |
| <b>Mestrado profissional</b> |             |         |             |         |             |         |      |         |
| Casado                       |             |         | 1           | 100,00% | 79          | 47,88%  | 15   | 46,88%  |
| Solteiro                     |             |         |             | 0,00%   | 43          | 26,06%  | 11   | 34,38%  |
| Separado                     |             |         |             | 0,00%   | 13          | 7,88%   | 5    | 15,63%  |
| Viúvo                        |             |         |             | 0,00%   | 1           | 0,61%   |      | 0,00%   |
| SI                           |             |         |             | 0,00%   | 29          | 17,58%  | 1    | 3,13%   |
| Total                        |             |         | 1           | 100,00% | 165         | 100,00% | 32   | 100,00% |

**Tabela 3.** Egressos segundo área de graduação por triênio. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1998 a 2007.

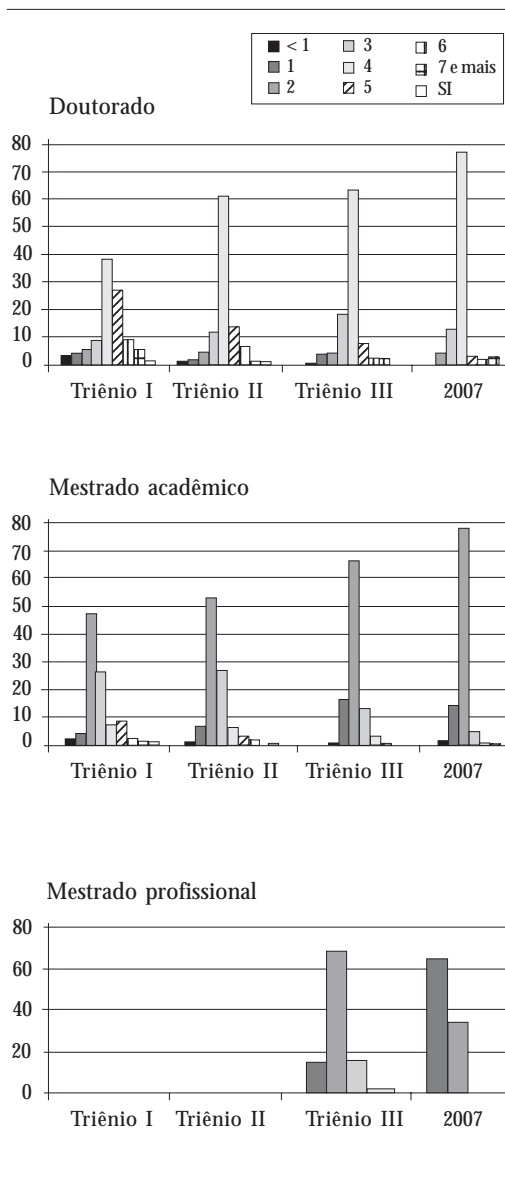
| Graduação                  | 1998 - 2000 |         | 2001 - 2003 |         | 2004 - 2006 |         | 2007 |         |
|----------------------------|-------------|---------|-------------|---------|-------------|---------|------|---------|
|                            | N           | %       | N           | %       | N           | %       | N    | %       |
| Cs da Saúde                | 505         | 52,22%  | 864         | 53,63%  | 1.213       | 61,57%  | 468  | 60,08%  |
| Cs Humanas                 | 141         | 14,58%  | 255         | 15,83%  | 330         | 16,75%  | 136  | 17,46%  |
| Cs Biológicas              | 41          | 4,24%   | 70          | 4,35%   | 82          | 4,16%   | 37   | 4,75%   |
| Engenharias                | 34          | 3,52%   | 55          | 3,41%   | 46          | 2,34%   | 13   | 1,67%   |
| Cs Exatas/Terra            | 22          | 2,28%   | 45          | 2,79%   | 39          | 1,98%   | 17   | 2,18%   |
| Cs Sociais Aplicadas       | 14          | 1,45%   | 24          | 1,49%   | 39          | 1,98%   | 22   | 2,82%   |
| Cs Agrárias                | 5           | 0,52%   | 11          | 0,68%   | 8           | 0,41%   | 2    | 0,26%   |
| Linguística Letras e Artes | 2           | 0,21%   | 2           | 0,12%   | 4           | 0,20%   | 3    | 0,39%   |
| Mtinterdisciplinar         |             | 0,00%   |             | 0,00%   |             | 0,00%   | 1    | 0,13%   |
| SI                         | 203         | 20,99%  | 285         | 17,69%  | 209         | 10,61%  | 80   | 10,27%  |
| Total                      | 967         | 100,00% | 1.611       | 100,00% | 1.970       | 100,00% | 779  | 100,00% |

trônicos de egressos; destes, 334 não foram utilizados por estarem incompletos. Dos 3.568 restantes, 1.471 retornaram por acusação de erro (endereços ou servidores inexistentes ou caixa postal lotada). Até este momento, obtivemos resposta de 701 egressos provenientes de quase to-

dos os programas, de um total de 3.568 formulários enviados até cinco vezes para cada endereço confirmado.

Pressupondo que as motivações para responder<sup>13</sup> são quase tão variadas quanto às características individuais e dos programas em que se





**Gráfico 2.** Percentual de alunos por tempo despendido para conclusão da pós-graduação em Saúde Coletiva nos triênios, por nível de titulação.

titularam, não temos qualquer pretensão de considerar essas respostas como amostra representativa do universo de egressos do período. Até porque, se o fizéssemos, teríamos uma amostra bastante deformada no que concerne à apreensão da dinâmica de reestruturação dos programas diante das alterações decorrentes do próprio sistema de avaliação da CAPES<sup>14</sup> ao longo da última década, juntamente com a elasticidade do mercado decorrente, por sua vez, da própria

expansão de postos de trabalho resultante da implementação da política nacional de saúde.

Além disso, uma série de condicionantes impede proceder a um tratamento qualitativo das informações provenientes dos formulários eletrônicos. Pois, se é certo que a Internet possibilita formas rápidas de coleta e de disseminação das informações neste âmbito de levantamento, com custos bem mais reduzidos e deixando ao “informante” boa margem de flexibilidade quanto à vontade, ao tempo e ao horário para responder, também é certo que nesta modalidade de “entrevista”, a perda do contato interpessoal acarreta outras perdas consideráveis. Não obstante esta ausência, ou melhor, esta intermediação “internética” há muito utilizada no âmbito empresarial<sup>15</sup>, o ambiente acadêmico da área já iniciou uma reflexão método-tecnológica<sup>16</sup> que não pode deixar de ser desenvolvida, já que também aqui essas tecnologias vêm sendo utilizadas com mais regularidade.

De qualquer forma, este ainda não é o momento de a desenvolvermos, pois os campos de preenchimento do próprio instrumento que utilizamos para coleta não nos permitem apreender exatamente as motivações (afetivas? com relação a fins? a valores? à tradição?) dos entrevistados, elemento tão crucial para a proposta de reflexão sobre o uso de artefatos tecnológicos desta natureza, no que concerne a sondagens de opinião sobre a formação pós-graduada. A julgar pelas discrepâncias de preenchimento (provavelmente resultantes do léxico utilizado), não poderemos caracterizar as diferenças regionais quanto às características sociodemográficas e de formação graduada desses egressos, bem como sua satisfação e expectativa conforme a mobilidade e maior ou menor ascensão no mercado de trabalho.

Enfim, embora tenhamos tentado apresentar os resultados desta fase de levantamento de maneira similar à que fizemos na primeira parte, esse banco de dados tem uma dinâmica que lhe é própria, bastante diferente da construída com informações fornecidas pelos programas e que permitiram a construção do censo. Exatamente devido a tal conformação, não nos sentimos autorizadas a estabelecer correlações de caráter imediato, até porque vários entrevistados fizeram questão de aproveitar alguns campos abertos do formulário ou de enviar e-mails às coordenadoras, para registrar reclamações relevantes quanto à composição e à grade curricular dos seus cursos. Esses registros deverão ser levados em conta em outro tipo de avaliação.

Além de alertar para os limites das nossas interpretações e para a necessidade de reformular papéis e interações intermediadas pela *web* entre pesquisadores e seus informantes, essas considerações constituem preâmbulo obrigatório para a apresentação do tratamento e da organização que fizemos das respostas dos egressos registradas nos formulários eletrônicos.

Conforme esperávamos, obtivemos maior número de respostas de egressos de programas com mais tempo de existência e maior número de titulados, como a Faculdade de Saúde Pública da USP, a Escola Nacional de Saúde Pública, e o Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz (Quadro 2).

À guisa de caracterização geral, as mulheres marcaram presença em mais de 70% das respostas recebidas, em qualquer modalidade de titulação; e no que concerne à idade dos que responderam, não encontramos concentração destacável em qualquer faixa considerada. O estado civil dos egressos no momento em que responderam é outro atributo que reforça as tendências já relatadas no censo, ainda que aqui apresente valores diferenciados: predominam os casados (com 63,2% no nível de D, 60,4% entre os do MA, e em maior proporção no MP, com 70,0% de respostas).

A Tabela 4 indica que, tanto no nível do D como no MA, graduados na área das ciências da

**Quadro 2.** Instituições de origem dos egressos que responderam o formulário, por nível de titulação. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 2009.

| N  | Curso            | Doutorado  |            | Mestrado acadêmico |            | Mestrado profissional |            |
|----|------------------|------------|------------|--------------------|------------|-----------------------|------------|
|    |                  | N          | %          | N                  | %          | N                     | %          |
| 1  | UNIFESP          | 1          | 0,4        | 4                  | 0,8        | X                     | X          |
| 2  | USP – MP         | 17         | 6,4        | 17                 | 3,5        | 1                     | 3,3        |
| 3  | UFRGS            | 17         | 6,4        | 15                 | 3,1        | X                     | X          |
| 4  | UNISINOS         | X          | X          | 14                 | 2,9        | X                     | X          |
| 5  | UNIFOR           | X          | X          | 6                  | 1,2        | X                     | X          |
| 6  | UNESP – Botucatu | 5          | 1,9        | 18                 | 3,7        | 1                     | 3,3        |
| 7  | UFES             | X          | X          | 6                  | 1,2        | X                     | X          |
| 8  | UNESA            | X          | X          | 3                  | 0,6        | X                     | X          |
| 9  | FCMSCMSP         | X          | X          | 3                  | 0,6        | 2                     | 6,7        |
| 10 | UEFS             | X          | X          | -                  | -          | X                     | X          |
| 11 | UFPEL            | 21         | 7,9        | 38                 | 7,8        | X                     | X          |
| 12 | UNICAMP          | 2          | 0,8        | 3                  | 0,6        | X                     | X          |
| 13 | CPqAM            | 3          | 1,1        | 8                  | 1,6        | 2                     | 6,7        |
| 14 | USP – FSP        | 87         | 32,7       | 109                | 22,5       | X                     | X          |
| 15 | UFPE             | X          | X          | 1                  | 0,2        | X                     | X          |
| 16 | USP – FMRP       | 1          | 0,4        | 19                 | 3,9        | X                     | X          |
| 17 | ENSP             | 78         | 29,3       | 128                | 26,4       | 19                    | 63,3       |
| 18 | FIOCRUZ- IFF     | 14         | 5,3        | 21                 | 4,3        | 4                     | 13,3       |
| 19 | UNIFRAN          | X          | X          | -                  | -          | X                     | X          |
| 20 | UFSC             | 1          | 0,4        | 1                  | 0,2        | X                     | X          |
| 21 | UECE             | 1          | 0,4        | -                  | -          | X                     | X          |
| 22 | UPE              | X          | X          | X                  | X          | -                     | -          |
| 23 | UEL              | 3          | 1,1        | 15                 | 3,1        | X                     | X          |
| 24 | UERJ             | 3          | 1,1        | 4                  | 0,8        | X                     | X          |
| 25 | UFMT             | X          | X          | 3                  | 0,6        | X                     | X          |
| 26 | UNISANTOS        | X          | X          | 5                  | 1,0        | X                     | X          |
| 27 | UFC              | 2          | 0,8        | 6                  | 1,2        | X                     | X          |
| 28 | ULBRA            | X          | X          | 24                 | 4,9        | X                     | X          |
| 29 | UFBA – ISC       | -          | -          | 2                  | 0,4        | X                     | X          |
|    | NÃO IDENTIFICADA | 7          | 2,8        | 14                 | 2,8        | 1                     | 3,3        |
|    | SI               | 3          | 1,1        | -                  | -          | -                     | -          |
|    | <b>Total</b>     | <b>266</b> | <b>100</b> | <b>485</b>         | <b>100</b> | <b>30</b>             | <b>100</b> |

X: não existe o programa na instituição.

**Tabela 4.** Egressos que responderam ao formulário segundo grandes áreas de formação, por nível de titulação. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 2009.

| Variáveis            | Nível de titulação |       |                    |       |                             |       |
|----------------------|--------------------|-------|--------------------|-------|-----------------------------|-------|
|                      | Doutorado          |       | Mestrado acadêmico |       | Mestrado profissionalizante |       |
|                      | N                  | %     | N                  | %     | N                           | %     |
| Cs da Saúde          | 165                | 62,0  | 292                | 60,2  | 12                          | 40,0  |
| Cs Humanas           | 28                 | 10,5  | 53                 | 10,9  | 1                           | 3,3   |
| Cs Sociais Aplicadas | 17                 | 6,4   | 27                 | 5,6   | 11                          | 33,3  |
| Cs Biológicas        | 16                 | 6,0   | 27                 | 5,6   | 1                           | 3,3   |
| Cs Exatas e da Terra | 10                 | 3,8   | 12                 | 2,5   | 2                           | 6,7   |
| Engenharias          | 6                  | 2,3   | 12                 | 2,5   | 1                           | 3,3   |
| Cs Agrárias          | 5                  | 1,9   | 6                  | 1,2   | -                           | -     |
| Multidisciplinar     | 1                  | 0,4   | 4                  | 0,8   | -                           | -     |
| SI                   | 18                 | 6,8   | 52                 | 10,7  | 2                           | 6,7   |
| Total                | 266                | 100,0 | 485                | 100,0 | 30                          | 100,0 |

saúde contribuíram respectivamente com 62,0% e 60,2% de respostas, proporções que caem para 40,0% no MP. Estas diferenças reforçam a necessidade de analisá-los em separado, segundo de tipo de titulação acadêmica ou profissional.

Os formados na área de ciências humanas e ciências sociais aplicadas somaram 17,9% no nível de D e 16,5% no MA. Se somarmos esses percentuais, notamos que o MP isoladamente concentra número superior de oriundos dessas áreas (36,6%), corroborando a necessidade de rever as profissões que o integram e relacioná-las aos níveis de titulação acadêmica propriamente.

Quanto à forma de divulgação das teses, 62,3% de D, 68,5% de MA e 40,0% do MP o fizeram na forma de publicação de artigos. Capítulo de livros constitui a segunda forma de publicação: 40,0% no D, 15,5% no MA e 10,0% no MP. Egressos do MA que responderam o formulário foram os que menos publicaram suas teses em formato de livro (2,5%); os do D o fizeram em 4,9%, e os do MP apresentaram um percentual superior ao MA e até inesperado diante das exigências que lhe são apontadas: 3,3%.

Comparados com as modalidades acadêmicas, estes resultados do MP podem estar refletindo o esforço de atender aos requisitos da atual política de formação científica da pós-graduação, ao mesmo tempo em que respondem à recomendação de preparação de um “produto” voltado para a prática profissional. Na ausência de critérios tão consolidados como os que verificamos na área acadêmica, podemos supor que tais proporções sinalizam uma preocupação, ou

mesmo um esforço, de equiparação com os critérios ancorados na formação acadêmica.

De modo geral, os dados corroboram conclusões do trabalho anterior sobre egressos<sup>1</sup>, que apontava elevado nível de divulgação de teses (73,5%), como indicativo da vitalidade de produção da área de Saúde Coletiva em relação às demais, além de reverterem o descrédito reinante a esse respeito. Aquele estudo permitiu visualizar o potencial de produtividade da área, ao destacar a publicação das teses no formato de artigos em 43,6% (sendo 35,4% em revistas nacionais e 8,2% em internacionais); seguida da publicação de capítulos de livros e livros que representaram 8,2%, e 10,5%, respectivamente. O artigo assinava ainda que o número de publicações era crescente no decorrer do período de 1990 a 1994, com exceção da publicação de livros, que apresentava uma queda no último ano.

Os dados atuais atestam um crescimento de publicação das teses particularmente na forma de artigos em periódicos, ao mesmo tempo em que confirmam a tendência de queda de publicação de livros indicada na década anterior.

Poucas teses resultaram em patentes; no entanto, surpreende que algumas tenham tido esse resultado numa área como a nossa, em que as tecnologias podem ser consideradas “soft”, ou seja, mais voltadas para padrões metodológicos e normas técnicas.

Na Tabela 5, incluímos dados relativos ao exercício de atividades desempenhadas no momento em que os egressos responderam o formulário. Reproduzindo resultados levantados no período

**Tabela 5.** Atividade profissional atual dos egressos que responderam o formulário segundo natureza da instituição, vínculo e atividades exercidas, por nível de titulação. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 2009.

|                                   | Doutorado |       | Mestrado acadêmico |       | Mestrado profissional |       |
|-----------------------------------|-----------|-------|--------------------|-------|-----------------------|-------|
|                                   | N         | %     | N                  | %     | N                     | %     |
| <b>Natureza</b>                   |           |       |                    |       |                       |       |
| Pública Federal                   | 68        | 25,6  | 107                | 22,1  | 6                     | 20,0  |
| Pública Estadual                  | 134       | 50,4  | 186                | 38,4  | 21                    | 70,0  |
| Pública Municipal                 | 18        | 6,8   | 59                 | 12,2  | 1                     | 3,3   |
| Privada                           | 34        | 12,8  | 108                | 22,3  | 2                     | 6,7   |
| Terceiro setor                    | 9         | 3,4   | -                  | -     | -                     | -     |
| SI                                | 3         | 1,1   | 9                  | 1,9   | -                     | -     |
| Total                             | 266       | 100,0 | 485                | 100,0 | 30                    | 100,0 |
| <b>Tipo de vínculo</b>            |           |       |                    |       |                       |       |
| Servidor público                  | 145       | 54,5  | 229                | 47,2  | 23                    | 76,7  |
| Trabalhador CLT                   | 46        | 17,3  | 131                | 27,0  | 2                     | 6,7   |
| Bolsista/estagiário               | 33        | 12,4  | 43                 | 8,9   | -                     | -     |
| Profissional liberal              | 13        | 4,9   | 31                 | 6,4   | -                     | -     |
| Consultor                         | 7         | 2,6   | 11                 | 2,3   | 2                     | 6,7   |
| Empregador                        | 1         | 0,4   | 2                  | 0,4   | -                     | -     |
| SI                                | -         | -     | -                  | -     | 3                     | 10,0  |
| Total                             | 266       | 100,0 | 485                | 100,0 | 30                    | 100,0 |
| <b>Atividades exercidas (SIM)</b> |           |       |                    |       |                       |       |
| Ensino                            | 217       | 81,6  | 340                | 70,1  | 7                     | 23,3  |
| Pesquisa                          | 232       | 87,2  | 332                | 68,5  | 9                     | 30,0  |
| Desenvolvimento tecnológico       | 30        | 11,3  | 48                 | 9,9   | 6                     | 20,0  |
| Assistência                       | 93        | 35,0  | 186                | 38,4  | 6                     | 20,0  |
| Gestão em Saúde                   | 57        | 21,4  | 137                | 28,2  | 21                    | 70,0  |
| Gestão acadêmica                  | 57        | 21,4  | 80                 | 16,5  | 2                     | 6,7   |
| Consultoria                       | 61        | 22,9  | 86                 | 17,7  | 6                     | 20,0  |

1990-1994, as informações dessa pesquisa apontam concentração das atividades em instituições públicas. Olhando esses dados por níveis de titulação, observamos que 93,3% dos egressos do MP estão vinculados ao setor público, enquanto os de D são 82,2% e os de MA, 72,7%.

Dos três níveis do setor público, o estadual é o que apresenta maior número de registros de respostas, para os três níveis de titulação, talvez por ser o que mais absorve profissionais titulados ou o que mais libere seus servidores para se dedicarem aos citados níveis de qualificação. Aqui também seria importante termos indicações por parte dos programas que esses egressos frequentaram e das regiões do país em que atuam. Mas, a dar crédito a grande parte dos que responderam, a maioria é de servidores públicos: 54,5% do D, 47,2% do MA e 76,7% do MP. Esses últimos, mais uma vez, são os que mais se destacaram no papel de consultores, (6,7%), vínculo assinalado por apenas 2,6% dos que têm D e 2,3% com MA.

Independente do nível de titulação, o exercício de atividades em instituições municipais apresentou as menores proporções de referências, levando-nos a pensar que justamente o nível local de atuação profissional pode ser o que menos absorve profissionais titulados.

A atuação no setor privado, igualmente registrada na pesquisa anterior<sup>1</sup>, se fez presente no atual levantamento em todos os níveis de titulação, incluindo agora o MP, com 6,7% dos que responderam o questionário. No âmbito acadêmico, a frequência mais alta de atividades no setor privado está no MA, com 22,3%, enquanto 12,8% dos egressos com D estão nesse setor. Resta ver se essa inserção no setor privado ainda ocorre em instituições de ensino como ocorria na década passada.

Se quisermos especular, é interessante destacar que, em relação aos demais níveis de titulação, os egressos do MA apresentaram as mais altas proporções em prestação de assistência e em ges-

tão em saúde. Além disso, considerando que a titulação mínima requerida para a carreira docente no setor público é o doutorado, como explicar um envolvimento dos MA apenas 4,9% inferior ao D nas atividades de gestão acadêmica?

Quanto aos egressos do D, a maior parte exerceu ou exerce atividades de pesquisa, de ensino e de assistência, seguidas de consultoria, gestão em saúde e gestão acadêmica, e respondeu exercer atualmente atividades no setor privado em proporção inferior aos do MA.

Alocados basicamente em instituições públicas (nenhum deles é profissional liberal, apenas 6,7% atuam no setor privado e em gestão acadêmica), 70% dos egressos do MP desenvolvem atividades de gestão em saúde, além de atividades de pesquisa (30%), acompanhadas de ensino (23,3%), de desenvolvimento tecnológico e de assistência e consultoria (20%).

É interessante registrar a presença de bolsistas e estagiários entre os vínculos assinalados (12,4% com D e 8,8% no MA), proporções que contrariam idéia muito veiculada de que as bolsas constituiriam uma alternativa para alunos em fase de inserção no mercado de trabalho, principalmente entre recém-formados. Pelo menos entre os que responderam o formulário, as bolsas não caracterizam uma modalidade de sustento, dado o próprio perfil deste segmento. Essas proporções de bolsistas nos conduzem a pensar em mais duas possibilidades: de um lado, que o aumento do número de bolsas não é tão significativo face ao aumento do número de programas ou, por outro lado, que os valores das bolsas face às restrições quanto à manutenção de vínculo empregatício pode ser um fator desestimulante no momento de optar.

Tanto é assim que, enquanto 42,9% dos egressos do D e 44,9% do MA já exerciam suas atividades profissionais atuais na instituição referida quando iniciaram a PG, o percentual chegou a 83,3% no caso dos egressos do MP. Esta é mais uma característica desta modalidade de titulação em relação às demais: além da demanda ser proveniente do setor de prestação de assistência em saúde, suas características sociodemográficas permitem-nos indagar se têm pretensão de migrar para programas que lhes permitam exercer atividade acadêmica propriamente dita.

Solicitamos aos entrevistados que informassem – caso não fosse a que exercem atualmente – a atividade que consideraram mais importante dentre as que realizaram no seu percurso profissional. A valorização das atividades anteriores foi ressaltada por 46,2% dos egressos do D, por

50,9% dos egressos do MA e por 60% de egressos do MP.

Com base nessas últimas informações, compusemos a Tabela 6, para destacar duas ordens de considerações. De um lado, a proporção destes egressos que valoriza atividades exercidas no terceiro setor em relação à quase inexistência dos que atualmente aí estão inseridos atualmente (Tabela 5). De outro lado e principalmente, as proporções dos que valorizam as atividades exercidas no setor privado, que saltaram de 12,8% para 38,2% entre egressos do D; de 22,3% para 46,1% entre egressos do MA e, de 6,7% para 33,3% no MP (só inferior à importância atribuída ao setor público federal).

Dentro ainda do tema da valorização das atividades exercidas, na pesquisa publicada em 1997<sup>1</sup>, 63,8% de egressos afirmaram terem passado por mudanças de emprego ou de função e 59,1% referiram mudança de salário após a conclusão de seus cursos, itens apresentados como indicação da relevância da PG no exercício profissional.

Neste levantamento, infelizmente, usamos o difuso vocábulo impacto para designar o peso atribuído pelos egressos à PG na área de Saúde Coletiva. É possível que obtivéssemos os mesmos percentuais, mas sem dúvida perdemos em precisão e possibilidade de comparação, uma vez que 43,6% de egressos do D e 40,4% com MA registraram alteração de cargo ou função como impacto da titulação no seu exercício profissional. Enquanto entre os que fizeram MP, os valores caíram para 26,7%. Sobre os muitos significados deste quesito, devemos indicar que proporções superiores a 77,0% de egressos que enviaram respostas atribuíram “alto grau de impacto” da PG em Saúde Coletiva na sua formação acadêmico-profissional e no seu crescimento profissional. Neste último aspecto, a proporção é de 66,7% para os que têm MP.

Quanto ao impacto produzido na ampliação da rede de relacionamentos, na ampliação de oportunidade de trabalho e no exercício do cargo/emprego atual, as respostas ficaram abaixo de 50,0%, particularmente para os egressos do D e, em certa medida, para os egressos do MA. Entre os egressos do MP, por seu lado, tais apreciações variaram entre 36,7% e 13,3%. No tocante ao impacto na remuneração, as proporções registradas foram ainda menores: 28,9% entre os D, 18,6% entre os MA e 13,3% entre os egressos do MP.

É significativa a concordância entre os egressos no que concerne aos motivos da escolha das instituições formadoras (tradição, prestígio, excelência e linha de pesquisa), cujos valores varia-

**Tabela 6.** Atividade profissional considerada mais importante por egressos que responderam o formulário, segundo natureza da instituição, vínculo e atividades exercidas, por nível de titulação. Pós-graduação em Saúde Coletiva, 2009.

|                             | Doutorado |       | Mestrado acadêmico |       | Mestrado profissional |       |
|-----------------------------|-----------|-------|--------------------|-------|-----------------------|-------|
|                             | N         | %     | N                  | %     | N                     | %     |
| Natureza                    |           |       |                    |       |                       |       |
| Pública Estadual            | 23        | 18,7  | 38                 | 15,4  | 2                     | 11,1  |
| Pública Federal             | 29        | 23,6  | 44                 | 17,8  | 7                     | 38,9  |
| Pública Municipal           | 17        | 13,8  | 38                 | 15,4  | 1                     | 5,6   |
| Privada                     | 47        | 38,2  | 114                | 46,1  | 6                     | 33,3  |
| Terceiro setor              | 7         | 5,7   | 13                 | 5,3   | 2                     | 11,1  |
| Total                       | 123       | 100,0 | 247                | 100,0 | 18                    | 100,0 |
| Tipo de vínculo             |           |       |                    |       |                       |       |
| Servidor público            | 35        | 28,5  | 62                 | 25,1  | 5                     | 27,8  |
| Trabalhador CLT             | 55        | 44,7  | 122                | 49,4  | 5                     | 27,8  |
| Bolsista/estagiário         | 7         | 5,7   | 11                 | 4,45  | 2                     | 11,1  |
| Profissional liberal        | 4         | 3,2   | 16                 | 6,5   | -                     | -     |
| Consultor                   | 8         | 6,5   | 12                 | 9,9   | 2                     | 11,1  |
| Empregador                  | -         | -     | 1                  | 0,4   | -                     | -     |
| SI                          | 14        | 11,4  | 23                 | 9,3   | 4                     | 22,2  |
| Total                       | 123       | 100,0 | 247                | 100,0 | 18                    | 100,0 |
| Atividades exercidas (Sim)  |           |       |                    |       |                       |       |
| Ensino                      | 43        | 35,0  | 85                 | 34,4  | 6                     | 33,3  |
| Pesquisa                    | 47        | 38,2  | 78                 | 31,6  | 3                     | 16,7  |
| Desenvolvimento tecnológico | 4         | 3,3   | 6                  | 2,4   | 2                     | 11,1  |
| Assistência                 | 34        | 27,6  | 64                 | 25,9  | 3                     | 16,7  |
| Gestão em Saúde             | 30        | 24,3  | 55                 | 22,3  | 7                     | 38,5  |
| Gestão acadêmica            | 8         | 6,5   | 16                 | 6,5   | 1                     | 5,6   |
| Consultoria                 | 24        | 19,5  | 30                 | 12,1  | 5                     | 27,8  |

ram entre 60,0% a 69,9% para os diferentes níveis de titulação. Mas não podemos deixar de destacar, entretanto, a proporção de 40% de egressos do MP que assinalaram a excelência da instituição como motivo de escolha dos programas cursados. Esta observação é mais destacável ainda se considerarmos o limitado número de instituições que oferecem esta modalidade de pós-graduação, algumas já com tradição nas outras áreas, mas outras nas quais essa formação está em construção.

Numa situação caracterizada por níveis relativamente elevados de inserção no mercado de trabalho no momento de ingresso na pós-graduação (mais de 40,0% já estavam na instituição na qual desenvolvem suas atividades profissionais), a possibilidade de obtenção de bolsa de estudo foi aventada por cerca de 15,0% dos egressos do D e do MA como motivos de escolha das instituições.

O interesse por um orientador apresentou proporções decrescentes entre os D (46,6%) e MA

(29,3%), bem como entre os egressos do MP (10,0%). Coerentemente com a recomendação de oferecer titulação para alunos que não devem se afastar das atividades assistenciais, 53,3% de egressos do MP alegaram ter escolhido esta modalidade movidos pela estruturação do curso.

Para verificar a ocorrência e concentração de opiniões sobre satisfação com relação à influência da pós-graduação no desempenho profissional, somamos as categorias "satisfeito/a" com "extremamente satisfeito/a". Os valores mais altos de satisfação associada à PG em Saúde Coletiva concentram-se na categoria relevância social do trabalho, única alternativa que nos permite alguma divagação em torno da peculiaridade desta área de atuação no campo da saúde. E, mesmo assim, sem qualquer promessa de abrigar o ideário que marcou seu desenvolvimento e em cujo bojo o papel condensador do SUS foi construído (enquanto estrutura de organização de serviços orientada por uma política de acesso a direitos de cidadania, imbricada, por sua vez,

em um projeto de sociedade). Em vista da dispersão desses fatores constituintes do campo da Saúde Coletiva em áreas distintas e desiguais de concentração e de produção e de difusão de conhecimentos, proporcionadas por implementações tecnológicas não menos diversificadas quanto ao acesso e absorção, devemos tentar descobrir se o eixo que lhes conferiria uma liga passa por este mesmo processo de dissipação. O fato é que 82,3% de D, 80,4% dos egressos do MA e 60,0% do MP consideram-se satisfeitos com a relevância social do seu trabalho.

Na sequência, valorizaram a oportunidade do exercício de criatividade associada às novas aprendizagens, somando 76,1% entre D e 69,9% entre egressos do MA. O percentual de 36,6% encontrados entre egressos do MP mais uma vez levanta suposições, pelo menos para os que responderam o formulário, de que não são esses fatores que orientam sua escolha de fazer a pós-graduação, além de insinuarem as dificuldades de configuração de uma nova modalidade de pós-graduação confluyente com o perfil, com as expectativas e as atividades profissionais do alunato destes cursos.

A satisfação de egressos dos programas acadêmicos quanto ao impacto da PG sobre o desenvolvimento profissional, prestígio e relações de trabalho variaram entre 62,4% a 69,2%, enquanto para os egressos do MP os valores foram da ordem de 43,4% e 58,4%. Diga-se, aliás, que estes últimos somam o maior percentual de insatisfação (63,3%) tanto nestes quesitos como no que concerne a novas oportunidades de trabalho (56,6%), embora 60% se digam satisfeitos com o impacto da PG na carga de trabalho.

A satisfação referida quanto à carga de trabalho e autonomia entre egressos do MP foi da ordem de 60% e algo em torno de 50% para D e para MA. Quanto à autonomia especificamente, a proporção se inverte: enquanto 46,7% dos egressos do MP consideram-se satisfeitos com o impacto da PG, para D e MA, a satisfação é da ordem de 58,4% e 59,0%, respectivamente. Podemos continuar especulando se esses percentuais de avaliação de egressos do MP refletem o fato de ser recente esta experiência de pós-graduação ou, ainda mais provável, se têm esta opinião justamente por serem os mais atrelados à estrutura de prestação de serviços ou de programas de assistência. Em um ou outro caso, não deixam de nos atizar a perguntar-lhes sobre o que buscam com essa titulação menos valorizada por eles próprios quanto ao impacto da PG sobre sua atuação profissional.

Dentre as atividades exercidas atualmente (Tabela 5), é interessante notar a relação inversa entre egressos de programas acadêmicos e do mestrado profissional no tocante à assistência e gestão: enquanto para D e MA os percentuais de exercício de assistência são da ordem de 35,0 e 38,4% e do MP em 20%, no quesito gestão as proporções se invertem – 70% do MP estão neste posto, contra 21,4% de D e 28,2% de MA.

Já que esse mesmo percentual de egressos do MP encontra-se no setor público estadual e são os que, comparativamente, mais exercem atividades no setor e os que menos passaram por mudanças de cargo e função, temos fortes indícios de que este programa vem capacitando esses quadros. Mas, ou justamente por este motivo, estes são os mais insatisfeitos e medianamente satisfeitos (63,3%) no tocante a novas oportunidades, novas aprendizagens e exercício de criatividade, bem como quanto à oportunidade de desenvolvimento profissional (56,6%): o que buscam esses gestores?

Significativamente, a remuneração após a titulação é o quesito que apresenta os menores percentuais de satisfação entre as três modalidades de titulação. Comparativamente ao levantamento de 1990-1994, no qual mais da metade dos pesquisados havia passado por mudanças de atividade (emprego e função, principalmente) e registrado alteração de salário, podemos suspeitar que tal (des)valorização se acentuou.

Podemos começar supondo que egressos que ocupam postos mais bem remunerados não se sentiram motivados a responder, além do fato de que dificilmente a remuneração é positivamente avaliada por quem quer que seja; via de regra, está aquém do desejado para qualquer profissional de qualquer área de atuação, independentemente de titulação. São conjecturas apenas, até porque este quesito tem tal diversidade de contingências e de ângulos de reflexão que ultrapassa em muito os limites deste levantamento. Mas, não deixam de complementar o que encontramos, pelo menos quanto aos que responderam o formulário. Seja porque é indiferente a titulação para o posto de atuação no mercado de trabalho em que estão inseridos, seja porque a remuneração não é o principal motivo para a busca de titulação, seja ainda porque os mercados de trabalho em que atuam têm outros critérios de aumento de remuneração além do da titulação, ou por todos esses motivos, os egressos que nos responderam mostram-se insatisfeitos com sua remuneração.

### **Mais perguntas: à guisa de sugestões finais**

Avaliar vários componentes de programas de pós-graduação em Saúde Coletiva constitui tarefa de fôlego e demanda esforços de complementação entre os eixos investigados. No caso do perfil e caracterização dos egressos desses programas ao longo do período investigado, requer ainda considerações sobre as características dos mercados de trabalho regionais e até locais. Embora essas importantes interações não tenham sido esmiuçadas, conseguimos detectar mudanças e tendências do grupo estudado.

Dentre as mudanças percebidas, algumas merecem maior esforço analítico quanto aos conteúdos cognitivos e intelectuais, seja do ponto de vista da construção do conhecimento no campo da Saúde Coletiva, seja dos processos de titulação-profissionalização conforme as especificidades dos programas. Além de constatar a feminilização desta “clientela” já apontada na pesquisa anterior, destacamos o rejuvenescimento dos pós-graduandos e a diminuição do tempo para titulação. Esses dois fatores nos remetem a repensar a própria composição disciplinar dos programas e a qualidade dos trabalhos defendidos, matérias difíceis de serem avaliadas.

Se a escolha por um curso de graduação pode ser atribuída à “vocação” sentida no momento do vestibular, a opção por um curso de pós-graduação há de estar permeada pelas possibilidades de pesquisa e especialização vislumbradas no

decorrer da graduação e, obviamente, pelas alternativas oferecidas nos mercados de trabalho. Quanto a essas últimas, além do movimento que as caracteriza, é de conhecimento geral a expansão de concursos públicos e privados em diversos postos de trabalho para os quais o requisito de titulação pode ser um fator decisivo para conquista de vagas, independentemente da área de especialização e da natureza das instituições.

Diante da variedade e amplitude das áreas de graduação dos nossos egressos, a pergunta que nos acompanha refere-se justamente aos motivos de escolha por uma área tão abrangente, diversificada e, de certo modo inespecífica, como a Saúde Coletiva. Os resultados alcançados até este momento apontam outras perguntas: há motivos específicos de “identificação” com esse campo? Terá atualmente o próprio campo, a marca correspondente ao momento de sua criação? Resta-lhe ainda - e o caracteriza - o compromisso político original? A conformação curricular dos programas tem relação com esses propósitos?

Já que supomos um movimento migratório em busca de titulação, um retrato futuro deverá incluir as “itinerâncias” institucionais e espaciais percorridas pelos egressos em busca de titulação em Saúde Coletiva. São possibilidades, mas nos conduzem a avaliar os próprios registros de inserção e conclusão dos pós-graduandos, já que tais informações constituem a base para o prosseguimento de avaliações.

### **Colaboradores**

MHA Gomes e P Goldenberg contribuíram igualmente para concepção, pesquisa empírica e redação do presente ensaio.



## Referências

1. Goldenberg P, Schenkman S. Os Egressos da Pós Graduação em Saúde Coletiva: construindo um perfil. *Cien Saude Colet* 1997; 11(1/2):91-107.
2. Loyola MAR. A saga das Ciências Sociais na área da Saúde Coletiva: elementos para reflexão. *Physis* 2008; 18(2): 251-275, 2008.
3. Matos O. *O mal-estar na Universidade* [site da Internet] [acessado 2009 nov 11]. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=4382](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4382)
4. Benakouche T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. *Cadernos de Pesquisa* 1999; 17:1-28.
5. Ramirez-Gálvez M. Algumas considerações sobre a cultura da avaliação. *Mediações: Revista de Ciências Sociais* 2009; 14(1):11-23.
6. Castiel LD, Sanz-Valero J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cad Saude Publica* 2007; 23(12):3041-3050.
7. Scalabrin AC. *Carreiras sem fronteiras e trajetórias descontinuas: um estudo descritivo sobre decisões de opt-out* [dissertação]. São Paulo (SP): USP; 2008.
8. Houaiss A. Verbete provocação. [acessado 2010 fev 12]. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbeta=voca%E7%E3o&stype=k>
9. Miller D, Slater S. *The Internet, an ethnographic approach*. Oxford: Berg Publishers; 2001.
10. Fonseca C. Avaliação dos programas de pós-graduação do ponto de vista de um nativo. *Horizontes Antropológicos* 2001; 7(16):261-275.
11. Leal MC, Hortale VA, Aguiar A, Moreira CO, Obbadi M. *Relatório sobre mestrado profissional e recomendações*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007. [Mimeo]
12. Barata RB. *O campo da Saúde Coletiva: panorama e perspectivas*. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe>
13. Rogério Schlegel. Internauta Brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. Estudo comparativo entre Brasil, Argentina e Chile. *Rev Sociol Política* 2009; 17(34):137-157.
14. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina. Dossiê de C&T sobre a cultura da avaliação na produção acadêmica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais* 2009; 14(1):9-142.
15. Graeml AR, Csillag JM. E-Mail Survey com Formulário Anexado: Uma Alternativa para Coleta de Dados Off-Line pela Internet. *Organizações em contexto* 2008; 4(7):35-58 .
16. Freitas H, Janissek R, Moscarola J. Dinâmica do processo de coleta e análise de dados via web. *CI-BRAPEQ Congresso Internacional de Pesquisa Qualitativa*, 24 a 27 de março de 2004; Taubaté (SP).

---

Artigo apresentado em 12/01/2010

Aprovado em 19/02/2010

Versão final apresentada em 20/03/2010